

# **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: O CASO DO BAIRRO SANTA CRUZ, ENTORNO DA LAGOA DAS BATEIAS, VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

**Prof<sup>a</sup>. Msc. Julia Gabriela Fernandes Gonsalves Passos**

Professora da Rede Particular de Ensino

jgbi@ig.com.br

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neyde Maria Santos Gonçalves**

Professora Adjunta/UFBA

neydemaria@yahoo.com.br

## **RESUMO:**

Este trabalho de pesquisa buscou analisar o processo de produção e gestão do espaço urbano no Bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista - Bahia. A sua fundamentação teórico-conceitual baseia-se, principalmente, no conceito de produção do espaço urbano de (LEFEBVRE, 1972, 2001, 2008; CARLOS, 2003); no conceito de segregação urbana (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 1994) e no conceito de planejamento urbano (SOUSA, 2004, 2007), entre outros. Na pesquisa de campo foram utilizados procedimentos como: entrevistas e questionários para os moradores do Bairro Santa Cruz e representantes do poder público municipal, conjuntamente com as observações diretas do espaço urbano em foco. A partir das análises e discussões, apoiadas na fundamentação teórico-conceitual e metodológica, buscou-se analisar dialeticamente de que forma se deu o processo de apropriação e produção do espaço urbano na área de estudo, de que forma a requalificação tem contribuído para “transformar” os modos de vida da população local e de que forma ocorreu a participação popular nas tomadas de decisão para a implementação do projeto de requalificação voltado para a área.

## **1 INTRODUÇÃO**

O intenso processo de espacialização, resultante da dinâmica do sistema capitalista, há muito vem determinando a forma como as cidades brasileiras são produzidas. Com o advento do novo paradigma das tecnologias da comunicação e da informação no atual período técnico-científico-informacional, conforme as idéias de (SANTOS, 2004), nas últimas décadas esse processo foi acelerado, alterando de forma significativa as paisagens urbanas em escala nacional. Uma das conseqüências desse processo foi o surgimento de graves problemas na configuração urbana, *locus* da materialização das ações sociais, da reprodução infinita das formas espaciais e das respectivas lutas e embates dos cidadãos. Assim, a cidade, produto desse processo, foi ganhando forma e a paisagem urbana se remodelando.

Na realidade as transformações das paisagens urbanas ocorrem devido à forma diferenciada de apropriação e acesso à terra, conforme as regras do sistema capitalista, uma vez que é no espaço urbano que o capital é reproduzido com maior intensidade.

Articulado com o processo de produção, circulação e consumo, o capital, ao mesmo tempo em que dinamiza, hierarquiza e segrega o espaço urbano, dificulta o acesso ao mercado “legal” de terras para a população de baixo poder aquisitivo. Nesse contexto está o motivo pelo qual o processo de urbanização foi se acelerando no Brasil e a posse da terra foi se tornando cada vez mais difícil para as populações mais pobres.

É preciso se pensar sobre a importância da moradia antes de se discutir as formas de legalidade de ocupação do solo urbano. É necessário se questionar se as formas diferenciadas de apropriação e configuração do espaço não têm perpetuado as segregações e as diferenças sociais, uma vez que é justamente sob a ideologia de se atender às necessidades dos atores sociais que a apropriação seletiva do espaço urbano é legalizada e legitimada, até mesmo pelas classes segregadas, alienadas que estão com a ideologia do “direito natural” à propriedade. Nas médias e grandes cidades brasileiras as franjas urbanas totalmente apropriadas à revelia dos contratos formais é um exemplo de que o espaço urbano é produzido de forma contraditória e segregadora.

Ao se analisar a urbanização da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, percebe-se que o processo é similar aos das demais cidades médias brasileiras, com a expansão urbana acontecendo de forma acelerada, porém intensificando a segregação socioespacial, explícitas na construção e organização seletiva de determinados espaços, com privilegiada rede de equipamentos urbanos, em meio às ocupações sem planejamento em outros espaços.

O Estado, nesse contexto, se apresenta como um dos principais atores sociais na produção e reprodução do espaço, uma vez que determina, institucionaliza e legaliza as ações e resoluções dos problemas resultantes do espaço assim concebido.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa apresenta as seguintes questões: quais são as contribuições dos diversos atores sociais para o processo de produção socioespacial no Bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, em Vitória da Conquista/BA; como se deu a participação popular nos foros de habitação sobre a referida área de estudo e quais foram seus poderes de decisão; quais as transformações

na vida da população local, ocorridas a partir do Projeto de Requalificação; quais interesses e justificativas do poder público pela escolha dessa área para a requalificação.

As diferentes formas de ocupação do solo urbano em Vitória da Conquista instigaram a se identificar e analisar o processo de apropriação e produção do espaço no Bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Zona Oeste da cidade. Para tanto se baseia em discussões sobre as condições pré-existentes no espaço que contribuíram para condicionar a sua produção e na forma como o Estado (enquanto planejador) tem contribuído para assegurar o processo de reprodução da área, por meio da política de planejamento (através da requalificação urbana).

Ao proceder à identificação e a respectiva análise da produção do espaço na referida área (Bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias), a discussão foi direcionada a uma análise da forma como o planejamento urbano, executado por meio do Plano Diretor Urbano (PDU) do município, contribui para a recuperação das demais áreas degradadas e para transformar os modos de vida da população local por meio do mencionado projeto de requalificação.

## 1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Bairro Santa Cruz está localizado no entorno da Lagoa das Bateias na delimitação do Bairro Bateias, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista, Sudoeste da Bahia, conforme mapa 1 a seguir (Figura 1).

**Mapa 1**

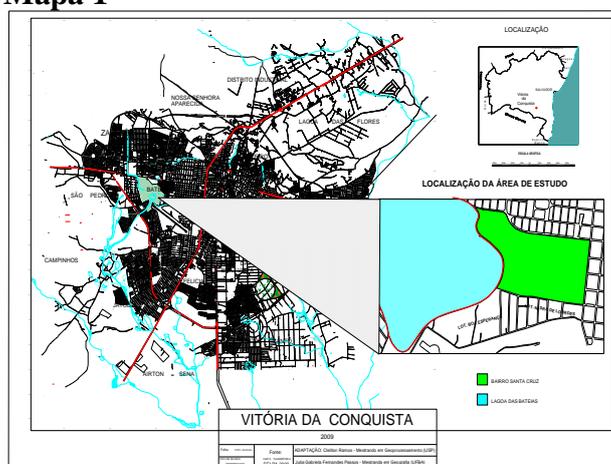


Figura 1: Localização da área de estudo. Lagoa das Bateias e Bairro Santa Cruz, Vitória da Conquista/BA. Fonte: SEI 2000. Organização: Julia Gabriela F. G. Passos.

Ressaltando que a referida Lagoa, com 53 ha, é drenada pela microbacia do Riacho Santa Rita, tributária da sub-bacia do Rio Verruga e esta da bacia do Rio Pardo. Embora a Lagoa das Bateias, com 0,4% da microbacia, esteja localizada na área urbana, os 13.292 há de área da microbacia do Riacho Santa Rita situa quase que totalmente na zona rural de Vitória da Conquista.

## **2 A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES SOCIAIS PARA O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO SANTA CRUZ, VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

O processo de urbanização da cidade de Vitória da Conquista apresenta características similares às de outras cidades brasileiras, com a expansão urbana contribuindo de forma visível para acentuar visivelmente a segregação socioespacial a partir da década de 1970. Segundo Ferraz (1998) *apud* Ferraz (2001), a partir dessa década, a proliferação das ocupações sem planejamento, sobretudo nas “franjas” da cidade, foram remodelando intensivamente o espaço urbano de Vitória da Conquista.

Uma década mais tarde, quando o ritmo dessas ocupações parecia estar controlado houve uma grande ocupação nos terrenos da Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS), na Zona Oeste da cidade, chamando atenção da sociedade e reacendendo os movimentos ocupacionais no Município.

Não foi diferente no caso da “apropriação” dos terrenos no entorno da Lagoa das Bateias, considerada área imprópria para habitação, por se tratar de um fundo de vale, portanto sujeito aos riscos naturais nos períodos de chuva. Porém, desconsiderando tais condições físico-naturais e as normas e regras do Poder público, a ocupação foi efetivada contrariando, por um lado o poder público e satisfazendo, por outro, os “novos moradores”.

Entre 1975 e 1985, segundo Medeiros (1985) *apud* Ferraz (2001) muitas ocupações em Vitória da Conquista foram marcadas pela falta de planejamento, mudando contundentemente a paisagem da cidade. A ocupação e permanência até a atualidade no Bairro Santa Cruz foi o resultado de uma busca em bloco por espaços vazios na cidade por famílias desesperadas por moradia, conforma relato da Sr<sup>a</sup>. Isabel R, (residente no caminho 15, Bairro Santa Cruz) “a única saída para quem não podia

pagar aluguel, e vendo um grande pedaço de terra sem ninguém, foi me juntar com aquelas pessoas que viviam na mesma condição que a minha e partir para a invasão”.

Segundo depoimento de moradores houve várias reuniões entre as famílias mobilizadas antes de se efetivar a “invasão” em uma madrugada de fevereiro de 1988. Após esse dia, a apropriação dos terrenos estava consumada e, em meio aos noticiários, se montava “um grande acampamento onde os invasores permaneceram por mais de vinte dias, sob intensa pressão do Poder Público Municipal”, que fracassou em todas as tentativas de desarticular a apropriação e reaver a área. Orgulhosa, ao falar da heróica resistência, a Sr<sup>a</sup> L. R (residente no caminho 14) resume a vitória dos moradores com simplicidade e poucas palavras: “nós vencemos pelo cansaço”.

Após um período de cerca de trinta dias vivendo em acampamento, as famílias iniciaram a abertura dos lotes na área adjacente ao Bairro Brasil e em direção à Lagoa das Bateias e imediatamente foram surgindo as primeiras construções. A essa altura, com a imprensa local classificando essa apropriação como a maior “invasão” já ocorrida no espaço urbano de Vitória da Conquista, o fato se tornou notícia também na imprensa do Estado e o preconceito contra os novos moradores se generalizou. A imagem passada pelo poder público municipal e pela mídia de uma “invasão” violenta e comandada por pessoas perigosas assustou os moradores dos bairros vizinhos, que passaram a temer pela segurança de suas próprias moradias.

Na época, a própria URBIS reivindicou o direito de reintegração de posse da área, mas não teve êxito, confirmando a idéia de Corrêa (2003) de o espaço urbano é produzido, também, por grupos sociais excluídos, e reproduzido conforme as condições das diferentes necessidades.

Para Carlos (1994, p. 15): “O espaço não (re) produz sem conflitos e sem contradições [...]. É na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam; [...], nas diferenciações entre os modos de morar [...], o acesso à infra-estrutura, ao lazer.” De forma que, favelas e loteamentos clandestinos só conseguem algum tipo de infra-estrutura se houver muita pressão por parte dos grupos sociais que, excluídos, se apropriarem dos terrenos ditos ilegais.

No Bairro Santa Cruz, que até o início da década de 1980 havia apenas chácaras e terrenos devolutos no entorno da Lagoa das Bateias a autoconstrução foi, aos poucos, modificando a paisagem local, conforme ilustram as figuras 2 e 3 a seguir.

**Figura 2**



**Figura 3**



Exemplo da autoconstrução do Bairro Santa Cruz. Fonte: Pesquisa de campo.

De forma geral, moradores que ocupam terrenos clandestinos enfrentam problemas de documentação, não podendo legalizar suas propriedades. Como os padrões urbanísticos exigidos pelo poder municipal são considerados caros, o comum nas ocupações é a construção de casas com estilo próprio, sem levar em conta as problemáticas ambientais e sociais, a exemplo do próprio Bairro Santa Cruz que localizado no entorno de uma lagoa é caracterizado pelo PDU como área de risco:

- Situação Topográfica da Lagoa das Bateias: é uma área ladeada por rampas coluvionares e rebaixada de cabeceiras de drenagem, que contribui para o surgimento de áreas de nascentes e do afloramento do nível freático;
- A Lagoa das Bateias recebe efluentes de esgoto e suas margens são aterradas e ocupadas [...]. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007, p. 27).

A figura 4 ilustra moradores retirando as *taboas* (*Typha domingensis*) da Lagoa, como primeiro passo para o referido aterramento e as respectivas construções.

**Figura 4**



Início do processo de ocupação da Lagoa das Bateias. Fonte: Wilson S. Leal.

A classificação do entorno da Lagoa das Bateias como uma área de risco pelo PDU implica em afirmar que a área é imprópria para a habitação humana, salvo por meio de grandes obras de infra-estrutura e readaptação ambiental, ao que Sousa (2007, p. 84) analisa da seguinte forma:

À pobreza urbana e à segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados com elas duas. Um deles é o da *degradação ambiental*, em relação à qual, aliás, se percebe, em cidades como as brasileiras, uma interação entre problemas sociais e impactos ambientais de tal maneira que vários problemas ambientais, que irão causar tragédias sociais [...], têm origem em problemas sociais ou são, pelo menos, agravados por ele.

Embora em Vitória da Conquista a precipitação anual não passe dos 700 mm, conforme dados de (MAIA, 2005, p. 40), há, nos meses chuvosos de janeiro a março, riscos de acidentes nesses terrenos alagadiços, o que é de conhecimento dos moradores desses locais.

**Figura 5**



**Figura 6**



Vista parcial de residências construídas no entorno da Lagoa das Bateias. Fonte: Pesquisa de campo.

As figuras 5 e 6 mostram algumas residências construídas no entorno da Lagoa das Bateias, após ter passado pelo processo de aterramento. A localização da área mostra a sua vulnerabilidade das casas construídas no mesmo nível da Lagoa, sujeitas, portanto, às conseqüências dos períodos de chuvas, tais como, alagamento, deslizamento, surtos de doenças e da proliferação de insetos.

Ressalta-se que atualmente as residências localizadas distantes da lagoa correspondem à maior área do bairro e, por estarem em nível altimétrico mais elevado, estão isentas, tais alagamentos, conforme evidencia a figura a seguir. Mas, de forma geral, a ocupação e a posterior construção sem planejamento do Bairro Santa Cruz

influenciaram as condições naturais da Lagoa. A quantidade de resíduos, líquido e sólido, gerados nas residências do bairro alterou significativamente o sistema hídrico local.

O sistema hídrico da Lagoa e a própria microbacia do Riacho Santa Rita vinha sendo alterado desde a construção da BA-262, na década de 1960, uma vez que os tributários do Rio Verruga da vertente Oeste da Serra do Peri-Peri, no sentido perpendicular ao fluxo das águas, sofreram assoreamento devido às construções sem planejamento na localidade, comprometendo a calha do Rio Verruga, principal drenagem da bacia. Depois, a construção do anel viário, na década de 1990 alterou mais ainda o fluxo das águas na bacia do Rio Verruga e, respectivamente o sistema de drenagem da Lagoa das Bateias. Esse processo, associado às construções sem planejamento na Zona Oeste da cidade foram os principais responsáveis pelas alterações na dinâmica natural da Lagoa, conforme (GONSALVES, 2005).

### **3 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: O ESTUDO DE CASO DO BAIRRO SANTA CRUZ, ENTORNO DA LAGOA DAS BATEIAS, VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

A requalificação de favelas e loteamentos clandestinos em grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, dentre outras, tem ganhado relevância desde a segunda metade do século XX. A partir dessa época, o Estado, não podendo mais se omitir diante da existência dessas novas configurações urbanas reproduzidas, sobretudo, nos arredores das cidades, tem promovido e incentivado a relocação de moradores de áreas de risco para construções populares financiadas pelo próprio Estado. O que demonstra que, concomitantemente à problemática urbana, resultante do intenso processo de urbanização pelo qual as cidades têm passado, existe a intrínseca necessidade de se rever as políticas públicas e o respectivo planejamento urbano elaborado e executado pelo Estado, tendo os municípios como gestores.

O planejamento da cidade, pelo poder municipal, tornou-se uma função constitucional após a proclamação da nova Constituição Federal de 1988. A partir de então, a função de gestor do município tem, em sua formulação teórica, segundo Vitti (2003), três elementos básicos fundamentais para a aplicação prática de projetos de requalificação: 1) a descentralização; 2) a democracia; 3) a participação popular.

Embora haja dúvidas sobre a eficácia da aplicação desses três elementos básicos na execução de projetos de requalificação nas cidades brasileiras. Ineficácia parecida ocorreu na década de 1970, quando o banco Nacional de Habitação (BNH), do Governo Federal, atuando intensamente no processo de relocação de moradores de favelas espalhadas pelas grandes cidades brasileiras, foi bastante criticado pela forma linear das relocações, feitas sem os suportes necessários e sem ouvir as reivindicações e sem considerar a participação dos moradores no processo. Atualmente os projetos de requalificação continuam sendo aplicados, na maioria das vezes, de “cima para baixo”, sem levar em conta a participação popular. Ressaltando que, o reconhecimento público de que o déficit habitacional com a população carente é uma das principais conseqüências da ocupação nas áreas de risco, o Estado tem procurado elaborar e executar projetos de requalificação de diversos tipos para resolver o problema.

Em Vitória da Conquista o déficit habitacional e a respectiva segregação socioespacial são nitidamente percebidos nos seus arredores, onde se percebe diversas formas de “ocupação” em áreas degradadas e/ou consideradas de risco. No Bairro Santa Cruz, em particular, essa segregação está explicitada nas construções e/ou subconstruções, na ausência dos equipamentos públicos, e na vulnerabilidade do conjunto do espaço urbano.

Como estratégia para reduzir esse déficit habitacional, o poder público municipal de Vitória da Conquista, em 2003, com respaldo na Lei Nº. 1.186/2003 e na Política de Habitação Popular, criou o Fundo Municipal de Habitação Popular. Um dos principais objetivos da referida Lei é propiciar condições dignas de moradia, melhoria das unidades residenciais e regularização urbanística, imobiliária e fundiária dos aglomerados de habitações ocupadas pela população de baixa renda. A Lei, por meio do subprograma de Reassentamento do Programa Municipal de Habitação Popular, incentiva e regula a relocação de unidades residenciais localizadas em áreas de risco e de preservação ambiental, garantindo a relocação em condições de habitabilidade.

Diante da necessidade de se aplicar políticas públicas para a recuperação da Lagoa das Bateias e dos bairros adjacentes, em 1999, antes da criação da Lei Nº. 1.186/2003, o programa “Adote uma Bacia”, uma parceria entre o Município de Vitória da Conquista, a UESB e o Ministério do Meio Ambiente, elaborou o relatório técnico, Diagnóstico Ambiental da Bacia do Riacho Santa Rita. Nesse relatório constavam os

problemas de contaminação e de ocupação sem planejamento da área de preservação permanente da Lagoa, segundo argumentos de (SOARES, 2008).

Mas, somente na última fase do projeto elaborado pelo poder público municipal, baseado na Lei Nº. 1.186/2003 foi recebido o apoio do Pró-Moradia, um programa do Governo Federal aplicado em escala nacional, a partir de 1995, e mantido pelos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repassados pela Caixa Econômica Federal, segundo o Ministério das Cidades (2008). Assim, a partir desse momento, foi aprovado o Projeto “Morar e Viver”, também conhecido como Viver Melhor; voltado para a habitação precária de interesse social, com o objetivo de relocalar as populações que vivem em áreas de risco como o Bairro Santa Cruz.

O objetivo maior do projeto, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Habitação Popular, executado por etapas, foi desenvolver, de forma integrada, as obras de macro-drenagem, obras de infra-estrutura urbana, construção e melhorias de unidades habitacionais e projeto de trabalho social. Traçadas essas metas, a Secretaria de Habitação Popular do município de Vitória da Conquista tornou o projeto de conhecimento público, pela mídia local, e convocou a população da referida área para sucessivas reuniões, não para discutir, mas para explicitar os objetivos definidos do projeto.

No Projeto de Requalificação do Bairro Santa Cruz, apresentado pelos técnicos da Empresa de Engenharia S/A (COESA) e pelos técnicos da SINTRANS da PMVC, constava, dentre outras obras, a construção de um canal de macro-drenagem que ligaria a Serra do Peri-Peri à Lagoa das Bateias. Além disso, também foi apresentado o projeto arquitetônico da Lagoa, no qual incluiu a construção de pistas distintas, para ciclismo e para pedestre, quadras poliesportivas, parques de diversões, dentre outros detalhes destinados ao lúdico e ao lazer.

Os técnicos contratados fizeram um levantamento das residências a serem removidas e o cadastramento das famílias a serem relocadas para as novas residências que iriam ser construídas e entregues, dois meses após o início da obra, no Loteamento Bateias II, localizado, também, na Zona Oeste da Cidade, a cerca de um quilômetro e meio de distância da Lagoa.

Seis meses após a apresentação do projeto, a Secretaria de Habitação Popular convocou os moradores cadastrados (70 famílias) e apresentou o projeto arquitetônico

da Lagoa a 70 famílias de moradores cadastrados, apresentando os esclarecimentos sobre os dois temas mais cobrados pela população local, saneamento básico e regularização fundiária, ao mesmo tempo em que recolheu as assinaturas do termo de adesão desses moradores. Seis meses após a primeira assembléia realizada para apresentação do projeto, as casas finalmente foram entregues. A transferência das famílias para as novas casas ocorreu em caráter de urgência, devido à ameaça da referida “invasão” nas casas recém-construídas, reprimida pela Polícia Militar, conforme relato da (SECRETARIA DE HABITAÇÃO POPULAR, 2008). Portanto, a participação da população na primeira etapa do Projeto de Revitalização do Bairro Santa Cruz foi fundamental para as negociações entre o poder público e os moradores do local.

Cumprida essa etapa, iniciou-se a pavimentação asfáltica em todo o circuito de da Lagoa formando uma pista de 360°, para circulação de veículos automotores, ciclistas e pedestres. Paralelamente, iniciou-se, no Bairro Bruno Bacelar, próximo a Serra do Peri-Peri, a obra da construção de um canal de drenagem para escoamento dos fluxos d’água que fluem da Serra para a Lagoa. Dessa forma, a lagoa que era considerada apenas como um reservatório de decantação de efluentes passou a surpreender e a atrair um considerável fluxo de pessoas para os lazeres típico do início e do fim de cada dia e dos finais de semana, conforme a Figuras 7 e 8.

**Figura 7**



**Figura 8**



Construção das pistas de ciclismo e pedestres. Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre essas infra-estruturas voltadas para o lazer, foi acrescentando novas construções, tais como parque infantil, campo de futebol, museu de história natural, mirante, quiosques, entre outros, de forma que o conjunto passou a ser denominado de *Parque Bateias*.

**Figura 9**



**Figura 10**



Vista parcial do Parque Bateias. Fonte: Pesquisa de campo.

Mesmo reconhecendo o espaço como produto da história, dotado de um conteúdo social, sabe-se que ele também é político. Nesse sentido, a escolha do entorno da Lagoa das Bateias para a realização de um projeto de requalificação, numa área que apresenta seu conteúdo histórico, com base em sua forma de ocupação, se deu também por fatores políticos. Portanto, na requalificação de áreas degradadas e no ordenamento parques tem conteúdo político e estratégico, conforme os argumentos de Lefebvre (2008).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho de pesquisa partiu da premissa de que a forma pela qual se deu a apropriação dos terrenos no Bairro Santa Cruz, por uma população de baixo poder aquisitivo, contribuiu para intensificar o processo de degradação de uma área de alta vulnerabilidade, e por isso, em meio a conflitos sociais, “obrigou”, mais tarde, o Estado, enquanto ator social, a intervir na área por meio de planejamento urbano.

A nova configuração territorial do Bairro foi dada em função da materialidade de um processo que é complexo. Partindo dessas considerações, analisou-se, primeiramente, o processo de apropriação na área onde atualmente é o Bairro, fundamentada na investigação de um grupo social excluído do mercado “legal” de terras, que, por falta de alternativa resolveu ocupar os terrenos localizados no entorno da Lagoa das Bateias.

A partir desse contexto, a análise levou em consideração as necessidades sociais dos novos moradores e todo o processo de valorização do espaço urbano em Vitória da Conquista na produção desse novo espaço.

Assim, as reflexões com base nas análises e discussões, permitiram demonstrar, por um lado, que o espaço, ao mesmo tempo em que é um produto, também condiciona o processo de produção; por outro, que, como ele é socialmente produzido, só se pode desvendar sua essência e suas contradições se o mesmo for pensado enquanto produto histórico.

Pensando dessa forma se buscou respostas a partir de depoimentos de antigos moradores do Bairro, assim como de algumas autoridades locais, o que possibilitou perceber que os atores sociais apropriam, produzem e reproduzem o espaço em função das relações sociais vividas cotidianamente em uma dinâmica conflituosa entre a população local e o poder público. O que responde ao questionamento principal da presente pesquisa que era justamente o que levaria o poder público à execução de um projeto milionário de requalificação em uma área degradada e apropriada por uma população de baixo poder aquisitivo.

Constatou-se, por outro lado, que na execução do referido projeto a grande presença dos moradores do Bairro em todas as assembléias realizadas pelo poder público municipal não resultou em nenhuma alteração no projeto apresentado. Mas, é importante destacar que, após a conclusão do projeto houve mudanças fundamentais e permanentes nos modos de vida da população local dos bairros vizinhos. Mudanças que, de certa forma, atingiram outros espaços urbanos da cidade por meio de deslocamentos de pessoas a procura de lazer no parque, principalmente nos finais de semana.

Portanto, o Parque das Bateias, mais do que ter melhorado o cotidiano da comunidade do Bairro, emerge como um espaço da convergência de encontros de toda a cidade, demonstração segura de que políticas públicas estratégicas que levam em

consideração os elementos históricos, sociais e naturais podem transformar áreas degradadas de assentamentos precários, como o do Bairro Santa Cruz, em espaços social e politicamente interessantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 7º ed. São Paulo: contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O meio ambiente urbano e o discurso ecológico*. Revista do Departamento de Geografia, USP/FFLCH, volume 8, p. 75-78, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4º ed. São Paulo: Ática, 2003.

FERRAZ, Ana Emilia de Quadros. *O urbano em construção*. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

GONSALVES, Julia Gabriela Fernandes; SANTIAGO, João Phelipe. *Geografia e gestão: recuperação de áreas degradadas em Vitória da Conquista-BA*. In: anais da V semana de Geografia da UESB. UESB, 2005.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. (Tradução: Sergio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henry. *Espaço e política*. (Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à Cidade*. Título original: *Le Droit à la Ville*. Ed. 1. São Paulo. 2001.

MAIA, Meirilane Rodrigues. *Zoneamento geoambiental do município de Vitória da Conquista - BA: um subsídio ao planejamento*. 2005, 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-aco-es/pro-moradiahtm>>. Acesso em: 20 Out. 2008, 10:00.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SOARES, Avaldo de Oliveira Filho (coord.). *O PARQUE DAS BATEIAS: Conservação e sustentabilidade sócio-econômica*. Vitória da Conquista-BA: Gráfica Eureka, 2008.

SOUSA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUSA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Prefeitura Municipal de. LEI Nº. 1.186 de 18 de dezembro de 2003. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Poder Executivo. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 18 de dezembro de 2003.

VITTI, Claudete de Castro Silva. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: novas contradições, novos conteúdos? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 232-243.